

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Marçal não previu a cadeirada, mas calculou a reação

Vença ou não, é Marçal quem dá o tom da campanha

No início do segundo turno das eleições de 2022, a pesquisadora do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ivana Bentes, apontava, em uma entrevista para o site My News, como parecia ter se invertido o tom da campanha. Naquele momento, era Luiz Inácio Lula da Silva quem partia para uma utilização mais agressiva das redes

socialis e outros meios. Foi o momento em que o deputado André Janones (Avante-MG) entrou de forma mais incisiva na estratégia. Bolsonaro perdeu as eleições. Mas isso deixava claro que era ele quem ditava o tom da campanha. Se Lula ficava mais agressivo, era porque Bolsonaro tinha estabelecido que seria assim. O mesmo parece acontecer agora em São Paulo.

Cálculo

As pesquisas apontam que Pablo Marçal (PRTB) vem caindo e não deverá passar para o segundo turno. Mas, independentemente disso, é ele quem vem ditando o tom da campanha. Os momentos em que seus adversários se tornam agressivos são calculados por ele.

Prefeito

Talvez seja mesmo o caso de se questionar se em algum momento Marçal esperava mesmo vir a ser prefeito. Ou se sua intenção era tão somente ganhar o destaque que ganhou. Até por interesses não políticos, como, aliás, denunciou algumas vezes Tábata Amaral (PSB).



Tábata adota palavrões ao estilo Marçal

Um perfeito seguidor da Engenharia do Caos

Quando Marçal chegou atrasado no protesto de 7 de setembro na Avenida Paulista, foi calculado. Quando provocou José Luiz Datena (PSDB) no debate da TV Cultura, foi calculado. Quando recusou-se a seguir as regras do debate do Flow, foi calculado. Ele sabia que desestabilizava com isso seus antagonistas. Certa-

mente não poderia prever que levaria uma cadeirada. Mas sabia que de alguma forma Datena reagiria. Marçal claramente é um forte seguidor do que sugeriu o cientista político italiano Giuliano Da Empoli em seu livro "Os Engenheiros do Caos", que mostra como funciona a estratégia de confusão deliberada nas redes.

Emocional

A ideia é destruir a racionalidade. Trazer totalmente a escolha para o campo emocional. Mesmo se no final acontece a derrota, essa derrota acaba acontecendo no campo do "engenheiro do caos". Foi assim em 2022, vem sendo assim agora em São Paulo.

Palavrão

Quando Tábata Amaral define com um palavrão as consequências do soco que o assessor de Marçal desferiu em um assessor do prefeito Ricardo Nunes (MDB) no debate do Flow, ela repetia a estratégia de Marçal, que em vários momentos usou palavrões nos debates.

Cadeirada

Quando Datena reagiu dando uma cadeirada em Marçal, isso produziu um efeito reverso na campanha de Marçal. Datena teve uma subida, mas a partir da estratégia e do uso das armas de Marçal. Datena foi agressivo porque Marçal tinha sido agressivo antes.

Rebaixamento

O final desse processo, vença quem for o vencedor, é um total rebaixamento do debate político. É a tecnologia produzindo trogloditas. Parece uma inversão da famosa cena de "2001, Uma Odisseia no Espaço". É a espaçonave que vai virando o osso usado como arma.

Debate termina com soco de assessor de Marçal

Nahuel Medina socou marqueteiro de Ricardo Nunes

Por Gabriela Gallo

Faltando menos de duas semanas para o primeiro turno das eleições municipais, os debates para a prefeitura de São Paulo estão cada vez mais agressivos. Na noite desta segunda-feira (23), o cinegrafista e sócio do candidato Pablo Marçal (PRTB), Nahuel Medina, socou o rosto do marqueteiro do candidato Ricardo Nunes (MDB), Duda Lima. Ambos foram encaminhados para o 16º Distrito Policial de Indaiatuba, e Medina foi liberado na madrugada desta terça-feira (24), após assinar um termo circunstanciado. Duda Lima registrou um boletim de ocorrência por lesão corporal contra Medina.

A agressão aconteceu durante o debate no grupo Flow, que aconteceu em parceria com o Grupo Nexo, da Faculdade de Direito da USP. No final do debate, Pablo Marçal foi expulso do programa por descumprir três vezes seguidas regras do debate, mesmo após ser alertado pelo mediador de que não deveria insultar os demais candidatos. Desconsiderando o alerta, Marçal disse que uma de suas promessas de campanha seria prender Ricardo Nunes por um suposto caso de corrupção em merendas de creches. Ele foi expulso e a confusão começou, resultando na agressão contra Lima.

Duda Lima saiu sangrando do local em direção ao hospital Albert Einstein, na zona sul de São Paulo, onde teve que levar seis pontos no rosto, já que o soco cortou seu supercílio. Após o caso, ainda nesta terça-feira, a polícia civil de São Paulo determinou que a Justiça de



O assessor do atual prefeito e candidato, Ricardo Nunes, após o soco que levou

São Paulo proíba Nahuel Medina de se aproximar a menos de 300 metros do publicitário.

Por um lado, a equipe de Ricardo Nunes acredita que o soco foi premeditado. Duda Lima afirma que orientou Nunes a não insultar Marçal, para que o candidato do MDB não saísse prejudicado e percebeu que Medina o estava filmando de perto. De acordo com Lima, ele disse para o videomaker abaixar a câmera e afastou o celular de Medina. Em seguida ele foi atingido no rosto. Segundo imagens que circularam, Lima estava olhando para baixo e não percebeu o ataque vindo.

Por outro lado, o sócio de Marçal alega que agiu em legítima defesa. Segundo Medina, ele foi gravar Lima para "mostrar como marqueteiros criam narrativas" e disse que Lima tentou agredi-lo para retirar a câmera e jogar o celular de

Medina no chão. "Ele [Duda Lima] foi com toda a força em mim, jogou meu celular pra baixo, enfiou a mão na minha camisa e me arranhou até embaixo. Meu peito está todo vermelho", disse o videomaker de Marçal.

Prejudicado?

Este é o segundo caso de agressão desde que o candidato José Luiz Datena (PSDB) jogou uma cadeira em Pablo Marçal durante um debate na TV Cultura, no último dia 15. E, apesar da agressão não ter partido do próprio Marçal, fica o questionamento se ele será penalizado por envolver alguém de sua equipe.

Do ponto de vista jurídico, o advogado especialista em direito penal Oberdan Costa disse que Pablo Marçal não deve ser prejudicado. "Como no direito penal a responsabilidade

pelos atos é personalíssima e, por princípio constitucional, não pode ultrapassar a pessoa do agente que o praticou (o chamado princípio da intranscendência), não é possível imputar criminalmente a agressão de membro da equipe ao próprio Marçal", explicou Costa para a reportagem.

Porém, do ponto de vista político, o consultor em análise política da BMJ Érico Oyama avalia que o episódio prejudica Marçal em ampliar seu eleitorado, especialmente para eleitores moderados.

"As pesquisas indicam que Marçal tem um eleitorado fiel, na faixa de 20%, e que não mudará de ideia, independentemente do que aconteça. Por sua vez, as polêmicas nas quais de envolve, e sua postura agressiva, travaram sua curva de desistência diante da rejeição do eleitor moderado", avaliou.

CAE realiza últimas audiências sobre a reforma tributária

Por Gabriela Gallo

Enquanto o Senado Federal segue com a pauta travada devido à urgência do primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa realiza as últimas audiências sobre o tema. Nesta terça-feira (24), a CAE fez a penúltima discussão prevista sobre o tema. Na audiência, os representantes discutiram os impactos da reforma tributária nos regimes diferenciados e específicos no texto – ou seja, aqueles em que o modelo de apuração difere do padrão, beneficiando determinados setores da economia com redução de carga tributária. A discussão segue nesta quarta-feira (25), quando acontecerá a última audiência.

A reforma tributária unifica cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) cobrados sobre consumo e produção no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai incidir no consumo, ou seja, no momento da venda do bem. Será um "IVA dual", composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para estados e municípios e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), para a União. O PLP 68/2024 implementa os novos tributos IBS e CBS, regulamentando alíquotas e outras questões.



Última audiência da comissão da CAE será nesta terça

Sem pressa

Mas, apesar da pauta travada, os senadores seguem sem muita pressa na discussão do tema.

O coordenador do grupo de trabalho sobre a regulamentação da reforma tributária, senador Izalci Lucas (PL-DF), informou que deve entregar o relatório do grupo até o dia 22 de outubro para o relator do texto, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Para liberar a pauta, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), solicitou, nesta terça-feira, que o governo retire a urgência do projeto. A expectativa é que o governo aceite o pedido nos próximos dias.

Reivindicações

A Emenda Constitucional 132, que promoveu a reforma tributária, estabelece uma série de atividades beneficiadas com a redução de tributos. Os regimes diferenciados asseguram descontos de 30%, 60% ou 100% para vários setores ou finalidades específicas da economia. Na audiência desta terça, os parlamentares ouviram uma série de setores da economia que solicitaram revisões das alíquotas cobradas.

Dentre os pedidos, o secretário-executivo do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Bruno Sobral, defendeu a isenção tributária total

do sistema de atendimento domiciliar, conhecido como home care, que é o conjunto de atividades médicas realizadas na casa do paciente. O atendimento tende a ser acionado em casos de complexidade assistencial e avaliação socioambiental do paciente, realizado por equipe multiprofissional de saúde.

"Esse é o setor que faz todos os serviços de saúde que estão previstos na lei, mas ele os faz em ambiente domiciliar. Uma reforma sem tratamento diferenciado para a saúde geraria um aumento de 17 pontos percentuais na carga tributária, um impacto de R\$ 11 bilhões para as famílias brasileiras", disse Sobral.

Além disso, no campo, o diretor de Operações e Abastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério de Desenvolvimento Agrário, solicitou a revisão de alíquotas dos agrotóxicos. "Existem agrotóxicos altamente prejudiciais à saúde e ao meio ambiente e estão com a mesma alíquota do bioinsumo. Propomos que aqueles que têm a classificação de altamente tóxicos, saiam da alíquota reduzida", disse.

Ao final da audiência, o diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (Sert), Daniel Loria, informou que o Ministério da Fazenda avaliará os pedidos. Porém, reiterou que precisa haver um limite nas exceções.